

# Estudo Técnico Preliminar 40/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08203.000472/2020-40

## 2. Descrição da necessidade

Processo nº 08203.000472/2020-40

O presente documento, denominado Estudo Preliminar, é elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), especialmente o disposto no art. 24, atentando-se para as diretrizes constantes no Anexo III da referida IN nº 05 /2017-MPOG;

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento licitatório, a ser processado por Pregão Eletrônico, para selecionar empresa especializada na prestação de serviço de confecção e fornecimento de cartões de identidade funcional para os servidores da Polícia Federal, dos servidores de outros órgãos/entidades públicas em exercício na Polícia Federal e dos ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores – DAS, sem vínculo com outro órgão público, com fornecimento de insumos, englobando as atividades preparatórias vinculadas diretamente ao processo produtivo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A identidade funcional é o documento oficial com fé pública em todo o território brasileiro utilizado pelos servidores da Polícia Federal para comprovação da condição de agente público (art. 2º do Decreto nº 10.266/2020);

A carteira de identificação policial é expedida pelo Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal (art. 4º do Decreto nº 98.380/1989);

A identidade funcional confere ao seu portador livre porte de arma e franco acesso aos locais sob fiscalização policial (art. 4º do Decreto nº 98.380/1989, art. 6º da Lei nº 10.826/2003 e art. 24 do Decreto nº 9.847/2019);

Em razão das medidas especiais de segurança a identidade funcional dos servidores da Polícia Federal é emitida em forma de documento físico (inc. I do § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.266/2020), e contém itens de segurança que visam garantir a sua autenticidade e combater falsificações;

Os itens que atualmente integram o conjunto de identificação funcional dos servidores da Carreira Policial Federal e do PECPF estão regulamentados por meio da Instrução Normativa nº 112/2017 - DG/PF, de 08/03/2017, publicada no Boletim de Serviço nº 047, de 9 de março de 2017, alterada pela Instrução Normativa nº 146/2019 - DG/PF, de 02/07/2019, publicada no Boletim de Serviço nº 126, de 4 de julho de 2019 e pela Instrução Normativa nº 164/2020 - DG/PF, de 17 de abril de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 076, de 21 de abril de 2020;

O contrato atual para fornecimento de cartões de identidade funcional é o Contrato nº 34/2016 - COAD/DLOG, tendo validade até 21 de outubro de 2021, estando autuado sob o SEI nº 08203.000857/2016-21;

O avanço da criminalidade, cada vez mais ousada e profissional, vem realizando operações criminosas de grande vulto, não raro se fazendo passar por forças policiais, o que impõe aos organismos de segurança a necessidade de conferir aos seus integrantes uma identificação rápida, precisa e que não gere dúvidas quanto à real qualificação do cargo e do servidor no momento da identificação;

A contratação do serviço especificado neste Termo de Referência é necessária, considerando o exposto acima e que a Contratante não possui, em seus quadros, pessoal técnico com domínio na tecnologia empregada na confecção de cartões de identidade funcional ou capaz de atuar em todas as etapas de produção do documento.

O Instituto Nacional de Identificação, órgão da Diretoria Executiva da Polícia Federal, é a unidade responsável pela expedição do documento de identificação dos integrantes da Carreira Policial Federal (em consonância ao disposto no artigo 4º, do Decreto 98.380/89) e dos servidores do PECPF;

Os itens que atualmente integram o conjunto de identificação funcional dos servidores da Carreira Policial Federal e do PECPF estão regulamentados por meio da Instrução Normativa nº 112/2017 - DG/PF, de 08/03/2017, publicada no Boletim de Serviço nº 047, de 9 de março de 2017, alterada pela Instrução Normativa nº 146/2019 - DG/PF, de 02/07/2019, publicada no Boletim de Serviço nº 126, de 4 de julho de 2019 e pela Instrução Normativa nº 164/2020 - DG/PF, de 17 de abril de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 076, de 21 de abril de 2020;

O contrato atual para fornecimento de cartões de identidade funcional é o Contrato nº 34/2016 - COAD/DLOG, tendo validade até 21 de outubro de 2021, estando autuado sob o SEI nº 08203.000857/2016-21.

A presente contratação pode ser objetivamente especificada por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, o objeto pode ser classificado como bem comum, segundo a Lei nº 10.520/02 em seu art. 1º e parágrafo único, in verbis:

*Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais da Polícia Federal	FERNANDO FERREIRA REZENDE FREITAS

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá confeccionar e fornecer CARTÕES DE IDENTIDADE FUNCIONAL, conforme modelo e especificações previstas no anexo V da IN 112/2017 - DG/PF;

O objeto entregue deve estar conforme as amostras enviadas para laudo técnico emitido por laboratório credenciado/acreditado pelo INMETRO;

Para a efetiva solicitação do serviço, o SEPEX disponibilizará os dados biométricos (foto, assinatura e impressão digital do polegar direito) e onomásticos por meio eletrônico (pen drive, CD, DVD, cartão de memória, HD portátil ou webservice) à CONTRATADA, mediante guias de controle que, para todos os efeitos, terão a finalidade de ordens de serviço – OS, para que a empresa em até 48 horas retire-os do SEPEX e encaminhe para o parque gráfico;

A confecção do Cartão de Identidade Funcional deverá ser solicitada à CONTRATADA por telefone, mensagem eletrônica ou outro meio determinado pela contratante, discriminando o documento a ser enviado, obedecendo aos dados de cada servidor e quantidades solicitadas;

A empresa vencedora tem o prazo para o fornecimento dos cartões de identidade funcional de até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia seguinte à entrega do arquivo, para a apresentação do cartão finalizado;

A CONTRATADA entregará os cartões de identidade por intermédio de malote exclusivo do ambiente de fabricação para o SEPEX, juntamente com todos os documentos, arquivos e mídias de armazenamento referentes àquele lote;

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

Indicador n.º 01	
Cartões de identidade funcional com erros de confecção	
Finalidade	Garantir maior qualidade no processo de produção.

Meta a cumprir	Índice de erro menor do que 0,03.
Instrumento de medição	Contagem de Cartões de identidade funcional com erro de confecção, entregues ao SEPEX, será feita a cada 100 unidades.
Forma de acompanhamento	Servidores designados pela Contratante verificarão visualmente todos os cartões de identidade funcional entregues. Mensalmente, será produzido relatório com os erros verificados. O recebimento por verificação visual dos cartões de identidade funcional, não exime a CONTRATADA em eventual substituição do cartão de identidade funcional quando o defeito de fabricação for verificado no uso.
Mecanismo de Cálculo	O número de cartões de identidade funcional com erros de confecção/100 = X.
Início de Vigência	Data da publicação do extrato do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento referente aos cartões fornecidos na Ordem de Serviço em que ocorreu a constatação da desconformidade	<p>Se X menor ou igual a 0,03 → 100% do valor dos cartões de identidade funcional fornecidos</p> <p>Se X maior a 0,03 e menor a 0,05 → 95% valor dos cartões de identidade funcional fornecidos</p> <p>Se X igual ou maior a 0,05 e menor a 0,08 → 90% valor dos cartões de identidade funcional fornecidos</p> <p>Se X maior de 0,08 → 85% valor dos cartões de identidade funcional fornecidos</p>
Indicador n.º 02	
Capacidade de atendimento da demanda	
Finalidade	Garantir o atendimento da demanda.
Meta a cumprir	Conforme Ordem de Serviço emitida pela CONTRATADA.
Instrumento de medição	Contagem dos cartões de identidade funcional entregues por Ordem de Serviço.
Forma de acompanhamento	Um servidor designado pela Contratante controlará o número de cartões de identidade funcional, de acordo com dados biométricos e onomásticos enviados por meio eletrônico à CONTRATADA.
Mecanismo de Cálculo	Número de cartões de identidade funcional fornecidos/números de pedidos enviados para a confecção = X
Início de vigência	Data de publicação do extrato do Contrato

Faixas de ajuste no pagamento referente aos cartões fornecidos na Ordem de Serviço em que ocorreu a constatação da desconformidade	<p>Se X igual ou maior que 0,95 → 100% do valor dos cartões de identidade funcional fornecidos.</p> <p>Se X menor que 0,95 e maior ou igual a 0,90 → 95% do valor dos cartões de identidade funcional fornecidos.</p> <p>Se X menor que 0,90 ou maior ou igual 0,80 → 90% do valor dos cartões de identidade funcional fornecidos.</p> <p>Se X menor que 0,8 → 85% do valor dos cartões de identidade funcional fornecidos.</p>
--	---

## 5. Levantamento de Mercado

Trata-se de serviço comum, conforme definido no parágrafo único do artigo 1º da lei 10520/2002, uma vez que as especificações dos materiais, como o polietileno, bem como as dimensões e impressões utilizadas para a confecção dos cartões de identidade funcional, previamente definidas em normativo (norma ISO IEC 7816 – 1 para documentos do tipo ID-1) são compatíveis com os padrões usualmente adotados pelo mercado de carteiras de identidade funcional (cartões de identidade funcional) e descrevem objetivamente os padrões de qualidade e desempenho a serem oferecidos;

O último contrato de fornecimento de porta funcionais vigente foi o Contrato nº 34/2016 - COAD/DLOG;

Tendo em vista que a presente demanda já foi alvo de licitação e houve participação de vários fornecedores, não há que se considerar qualquer restrição ou direcionamento de mercado;

Para o atendimento da demanda especificada, foram levantadas as seguintes alternativas:

### Alternativa 1: Aquisição dos serviços com entrega total:

Esta forma de aquisição implica na entrega da totalidade dos serviços que se pretende adquirir em uma única parcela, após a assinatura do contrato ou envio da Nota de Empenho (nos casos em que o Termo de Contrato for dispensado):

- a) Pontos Positivos: esta alternativa facilita a gestão e fiscalização da contratação, uma vez que a entrega se dá em sua totalidade;
- b) Pontos negativos: não atende à necessidade de fornecimento para os servidores da Polícia Federal, por se tratar de substituições por demanda dos servidores.

### Alternativa 2: Aquisição dos serviços com entrega parcelada:

Esta forma de aquisição implica na entrega parcelada dos serviços que se pretende contratar, após a assinatura do contrato ou envio da Nota de Empenho (nos casos em que o Termo de Contrato for dispensado):

- a) Pontos Positivos: esta alternativa atende à necessidade de fornecimento para os servidores da Polícia Federal, por se tratar de substituições específicas e pontuais por demanda dos servidores;
- b) Pontos negativos: não atende à necessidade de fornecimento para os servidores da Polícia Federal.

### Alternativa 3: Adesão a Ata de Registro de Preços:

a) Pontos positivos: A participação como órgão não participante, denominado "carona", tem algumas características que a doutrina relaciona. O jurista Jorge Ulisses Jacoby ensina:

*Depois de ressaltar os casos de contratação direta e impor, como regra, o princípio da licitação, a Constituição Federal define os limites desse procedimento, mas em nenhum momento obriga a vinculação de cada contrato a uma só licitação ou, ao revés, de uma licitação para cada contrato. Essa perspectiva procedimental fica ao alcance de formulações de modelos: no primeiro, é possível conceber mais de uma licitação para um só contrato, como na prática se vislumbra com o instituto da pré-qualificação em que a seleção dos licitantes segue os moldes da concorrência, para só depois licitar-se o objeto, entre os pré-qualificados; no segundo, a figura do carona para em registros de preços ou a previsão do art. 112 da Lei nº. 8.666/93. Desse modo, é juridicamente possível estender a proposta mais vantajosa conquistada pela Administração Pública como amparo a outros contratos.*

*O carona no processo de licitação é um órgão que antes de proceder à contratação direta sem licitação ou a licitação verifica já possuir, em outro órgão público, da mesma esfera ou de outra, o produto desejado em condições de vantagem de oferta sobre o mercado já comprovadas. Permite-se ao carona que diante da prévia licitação do objeto semelhante por outros órgãos, com acatamento das mesmas regras que aplicaria em seu procedimento, reduzir os custos operacionais de uma ação seletiva.*

*É precisamente nesse ponto que são olvidados pressupostos fundamentais da licitação enquanto processo: a finalidade não é servir aos licitantes, mas ao interesse público; a observância da isonomia não é para distribuir demandas uniformemente entre os fornecedores, mas para ampliar a competição visando a busca de proposta mais vantajosa.*

*Os fundamentos de lógica que sustentam a validade do Sistema de Registro de Preços e do sistema de “carona” consistem na desnecessidade de repetição de um processo oneroso, lento e desgastante quando já alcançada a proposta mais vantajosa.*

*Além disso, quando o carona adere a uma Ata de Registro de Preços, em vigor, normalmente já tem do órgão gerenciador – órgão que realizou a licitação para o Sistema de Registro de Preços – informações adequadas sobre o desempenho do contratado na execução do ajuste.*

*É importante não perder de vista que a licitação é um procedimento prévio a um contrato e quanto menos tempo e custo consumir mais eficiente é o processo.*

*(Jorge Ulisses Jacoby Fernandes: <http://www.jacoby.pro.br/Carona.pdf>)*

Nessa seara, a opção de contratação por adesão a sistema de registro de preços apresenta vantagens, como economia processual e outras, relacionadas a seguir:

12. (...)

*Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro.*

*Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração.*

*(Sistema de Registro de Preços: Perguntas e respostas. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno: Brasília, 2014)*

b) Pontos negativos: esta alternativa dificulta o processo licitatório em razão das características técnicas exigidas para a confecção do objeto necessárias ao Órgão, razão pela qual dificultaria a adesão à Ata de Órgão diverso.

Da consulta ou audiência pública

A consulta ou audiência pública foi dispensada pelo fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

Justificativa da alternativa escolhida:

A solução escolhida é a Alternativa 2, por ser a alternativa que melhor se aplica a necessidade do órgão.

Trata-se de materiais de fornecimento habitual na administração pública com vasta quantidade de fornecedores hábeis.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá confeccionar e fornecer CARTÕES DE IDENTIDADE FUNCIONAL para compor o conjunto de identificação funcional dos servidores da Polícia Federal.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A quantidade estimada é de 5.919 (cinco mil novecentos e dezenove) cartões funcionais nos 12 primeiros meses, conforme tabela, e leva em consideração:

Primeira investidora em razão de concurso público em andamento e/ou autorizado;

Servidores em abono permanência, que poderão requerer aposentadoria a qualquer momento, devendo a administração estar preparada para atender a demanda;

Estatística de solicitação de CIF por extravio, furto ou roubo, troca de cargo, alteração de nome, substituição por desgaste, dentre outros motivos, média dos últimos 3 anos, visto que em 2017 foram trocados todos os CIFs do efetivo da Instituição;

Políciais aposentados que possuem autorização para porte de arma em cartão distinto do funcional, que poderão vir a solicitar um novo cartão, já com a informação sobre o porte de arma, caso seja implementada as melhorias no sistema solicitadas pelo SEPEX /DSEG/INI/DIREX/PF:

Detalhamento	Qtd. Parcial
Concurso Público 2021	1.500
Servidores em abono permanência	1.864
Média de emissões por ano (roubo, furto e extravio, alteração de nome, desgaste, dentre outros)	1.306
Políciais aposentados (20% de 6.247)	1.249
TOTAL	5.919

As previsões supra elencadas constam de levantamento proveniente da Diretoria de Gestão de Pessoal, conforme SEI nº 08203.000982/2020-17;

O quantitativo de 5.919 (cinco mil novecentos e dezenove) Cartões de Identidade Funcional decorre dos seguintes motivos:

Deve-se considerar que as aquisições serão realizadas de acordo com as demandas existentes no decorrer do exercício financeiro, não sendo possível, portanto, inferir um quantitativo mínimo de unidades a ser adquirido, principalmente pela sazonalidade e variabilidade dos fatores de demanda (Aposentadorias, extravios, autorização de novos concursos, etc);

Atualmente o policial aposentado para comprovação do porte de arma é necessário que apresente um segundo cartão emitido pelo SEPEX/DSEG/INI/DIREX/PF, que está trabalhando para atualização do sistema CIF de forma que a autorização para o porte de arma do policial aposentado esteja expressa no cartão funcional como ocorre com o servidor ativo. Se tal atualização for implementada, possivelmente haverá solicitações para substituição dos cartões dos aposentados, atualmente tem-se aproximadamente 6.247 policiais aposentados, estima-se que pelo menos 20% desse quantitativo solicite o novo cartão com as informações sobre porte de arma unificadas ao cartão funcional.

Nos anos seguintes a quantidade estimada anual é de 2.500 (duas mil e quinhentas) unidades, em que pese a dificuldade em precisar o quantitativo para o período, o SEPEX obteve essa estimativa considerando a média de solicitações dos últimos 3 (três) anos, tendo em vista que todo o efetivo teve sua identidade funcional trocada no ano de 2017 com validade de 10 (dez) anos, possível convocação de excedentes do concurso público atual, possibilidade de novos concursos públicos, e solicitações de policiais aposentados para unificação da informação de porte de arma em um único cartão.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

A pesquisa de preços para a formação dos valores de referência utilizará os parâmetros contidos na Instrução Normativa n ° 73, de 05 de agosto de 2020, que em seu artigo 5 ° dispõe:

*Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

*I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;*

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Os valores estimados para fins de análise preliminar da viabilidade da contratação são:

PLANILHA CONSOLIDADA – PREÇO REFERENCIAL PARA CONTRATAÇÃO	
Fonte de consulta	Média estimada por unidade
Preço referencial – Pannel de Preços (até 12 meses)	R\$ 116,60 (Não considerado para fins de média de preço conforme justificativa constante nos docs. 19879651 e 19879651.
Contratações similares – Entes Públicos (até 12 meses)	R\$ 38,12
Preço Mercado (até 6 meses)	R\$ 56,17
PREÇO REFERENCIAL TOTAL POR UNIDADE	R\$ 44,13
PREÇO REFERENCIAL TOTAL PRIMEIROS 12 MESES	R\$ 261.205,47

O detalhamento da pesquisa de preço será especificado na Nota Técnica da Pesquisa de Preços, conforme constante no item 9 do Anexo I da Portaria SE nº 449/2021/MJ, de 18 de maio de 2021. Diante do exposto acima, estima-se o valor de R\$ 261.205,47 como o valor total referencial para a presente contratação por 12 meses;

Não foi considerado os preços do PAINEL DE PREÇOS, pois foi encontrada apenas uma contratação com característica técnicas similares, a qual já consta na pesquisa realizada no banco de preços - contratações similares – entes públicos, as demais

contratações encontradas incluíam itens que vão além das especificações técnicas exigidas pela Polícia Federal, ou acrescentam ao contrato outros serviços, encarecendo o valor, elevando significativamente o preço médio do produto, ficando muito além do valor pago atualmente pela Polícia Federal;

A última aquisição teve o valor médio de R\$ 22,77 na pesquisa de mercado e pregão eletrônico foi homologado pelo valor unitário de R\$ 19,49, atualmente a Polícia Federal paga R\$ 21,62 por unidade emitida, referente ao contrato nº 34/2016 prorrogado pela última vez até 21/10/2021;

Cabe destacar ainda que a atual licitação difere da anterior por não ter entrega programada nem quantitativo mínimo a ser adquirido, em contrapartida às 20.882 unidades que garantiam um ganho em economia de escala da aquisição anterior, uma vez que foi necessária a troca para todo efetivo, e atualmente a estimativa se baseia no item 7;

Cumprir informar que não será possível utilizar os parâmetros previstos nos incisos I, II e III do art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 do Ministério da Economia, pois o serviço trata de item que integra o Conjunto de Identidade Funcional expedido somente pela Polícia Federal, com características próprias e individualizadoras.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Ainda que seja regra, o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala;

O foco principal da contratação pretendida é um só: a confecção e o fornecimento de CARTÕES DE IDENTIDADE FUNCIONAL para compor o conjunto de identificação funcional dos servidores da Polícia Federal;

Assim, a licitação é composta por apenas um único item, com adjudicação do objeto a apenas uma empresa, visando evitar perda de confidencialidade e prezar pela padronização do serviço a ser executado, e por conseguinte, melhorar a segurança do conjunto funcional confeccionado exclusivamente pela Polícia Federal, conforme estabelecido no art 15 º, I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece o seguinte:

*Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:*

*I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.*

De acordo com o saudoso mestre e doutor Diógenes Gasparini, a padronização, por imposição legal, é a regra, fazendo-se mister a ocorrência de impeditivo patente à aquisição de certos bens, sem a observância a esse princípio, sob pena da inutilidade do demandado legal;

Observa-se que, a padronização da confecção de cartões de identidade funcional visa ao atendimento ao interesse público e, consequentemente, à todos os seus princípios norteadores, não sendo capricho da administração e sim necessidade a ser atendida, conforme dispõe o Estatuto das Licitações;

Dessa feita, no que concerne à economicidade e eficácia, esta Administração entende que os princípios mencionados serão atendidos, quando da garantia da qualidade, confecção, padronização e entrega do produto.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O objeto integra o conjunto de identificação funcional junto com o Porta Funcional, objeto do contrato nº 44/2019 - COAD /DLOG, autuado sob nº 08203.000113/2019-59.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No Boletim de Serviço nº 093, de 19 de maio de 2014, foi publicada a PORTARIA Nº 4453/2014 - DG/DPF, de 16 de maio de 2014, que aprova a atualização do Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, e dá outras providências;

O ANEXO I da referida portaria traz o PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL – 2010/2022 propriamente dito;



No item 9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS do citado anexo, destacamos o seguinte objetivo e ação estratégica relacionada a presente contratação: "Objetivo Institucional: Ampliar a Credibilidade Institucional" e "Ação Estratégica: Proteção da Imagem Institucional".

## 12. Resultados Pretendidos

Pretende-se manter a expedição do documento de identificação dos integrantes da Carreira Policial Federal e dos servidores do PECPF, garantido a segurança de acessos, ampliando a credibilidade e protegendo a imagem institucional.

## 13. Providências a serem Adotadas

O objeto do contrato não requer adequação ao ambiente do órgão.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional, cumpre mencionar que a presente contratação segue os requisitos impostos na diretiva.

A empresa que vier a ser contratada adotará práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme obrigação prevista em contrato e mediante declaração a ser apresentada de que a empresa atende aos critérios de sustentabilidade socioambiental dos processos de extração e/ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável, pois nada mais será do que a continuidade da confecção e fornecimento de Cartões de Identidade Funcional para que o SEPEX possa continuar atendendo as demandas de pedidos de Conjuntos de Identificação Funcional;

Assim, concluímos pela VIABILIDADE da contratação pretendida.

## 16. Responsáveis

SEI nº 17489014

FERNANDO FERREIRA REZENDE FREITAS  
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA

SEI nº 19808810

CLARISSE DE CASTRO WAKAI  
Membro da equipe de planejamento da contratação

SEI Nº 17489014

LUIZ FERNANDO SANTOS CHAVES VIEIRA  
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO